



Germano Rangel¹

E-mail: germanochio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8228-0066>

Hilton Fortuna Daniel¹

E-mail: hiltondaniel2014@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7673-3011>

Ana Paula Sarmento¹

E-mail: paulasarmiento18@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5888-4510>

¹Universidade do Namibe, Moçâmedes, Angola

Cita sugerita (APA, séptima edición).

Rangel, G., Daniel, H. F. & Sarmento, A. P. (2023). Da prática à cultura de leitura: estudo introspectivo junto dos docentes do Ensino Superior no Namibe (Angola). *Revista Sociedad & Tecnología*, Vol. 6(1), 98-113. DOI: <https://doi.org/10.51247/st.v6i1.327>.

==== O ====

Da prática à cultura de leitura: estudo introspectivo junto dos docentes do Ensino Superior no Namibe (Angola)

RESUMO

O objectivo deste estudo é analisar as características da prática de leitura entre os docentes do Ensino Superior na província do Namibe, centrando-se na análise dos processos de leitura e aquisição de material bibliográfico para docentes, com ênfase na caracterização e medição das variações de leitura. Foi desenvolvida uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa sistemática, por meio de três métodos de revisão bibliográfica: hermenêutico, histórico-lógico e estatístico. Além disso, foi aplicada uma pesquisa a uma amostra de 50 docentes seleccionados aleatoriamente. Concluímos que o acesso aos livros e à leitura sistemática ainda não é constante e não obedece à frequência exigida para fins universitários, o que pode influenciar e condicionar o desenvolvimento do próprio Ensino Superior e da literacia científica. As políticas públicas e a gestão do Ensino Superior ainda emanam da capital (Luanda), por esta razão, há necessidade de se gizar políticas educativas específicas do Ensino Superior na província do Namibe que contemplem o desenvolvimento da cultura de leitura e de escrita.

Palavras-chave: ensino superior, cultura leitora, docente

From practice to reading culture: an introspective study with Higher Education lecturers in Namibe (Angola)

ABSTRACT

This study aims to analyze the characteristics of reading practice among Higher Education professionals in Namibe province; focuses on the analysis of the reading processes and acquisition of bibliographic material by teachers, highlighting the characterization and measurement of reading variables. A descriptive research with a systematic quantitative approach was developed through the methods of bibliographic review, hermeneutic, historical-logical and statistical, in addition, a survey was applied to a sample of 50 randomly selected teachers. It is concluded that access to books and systematic reading are still not constant nor do they obey the frequency required for the purposes of the university, which can influence the development of Higher Education itself and scientific literacy. Public policies and the management of Higher Education still emanate from the capital (Luanda). Specific educational policies of Higher Education in the Namibe province are required, aimed at developing the reading and writing culture

Keywords: higher education, reading culture, lecturer

==== O ====

De la práctica a la cultura lectora: un estudio introspectivo con profesores de educación superior en Namibe (Angola)

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar las características de la práctica de la lectura entre los profesionales de la Enseñanza Superior de la provincia de Namibe; se centra en el análisis de los procesos de lectura y adquisición de material bibliográfico por parte de profesores, destacando la caracterización y medición de variables de lectura. Se desarrolló una investigación descriptiva con enfoque cuantitativo sistematizada a través de los métodos de revisión bibliográfica, hermenéutico, histórico-lógico y estadístico, además, se aplicó una encuesta a una muestra de 50 profesores seleccionados aleatoriamente. Se concluye que el acceso a los libros y la lectura sistemática aún no son constantes ni obedecen a la frecuencia requerida para los fines de la universidad, que puede influir en el desarrollo de la propia Educación Superior y en la alfabetización científica. Las políticas públicas y la propia gestión de la Educación Superior aún emanan de la capital (Luanda). Se precisa de políticas educativas propias de la Educación Superior de la provincia de Namibe encaminadas a desarrollar la cultura lectora y de escritura.

Palabras clave: educación superior, cultura lectora, docente

INTRODUÇÃO

A cultura de leitura impõe-se numa sociedade que busca compreender com profundidade e em perspetiva comparada os mais variados problemas da sociedade, da natureza ou do pensamento. Diversos pesquisadores têm teorizado e assumido que a questão «cultural» tem sido bastante determinante (Viegas; Nascimento, 2015) para o desenvolvimento do hábito e gosto pelas diferentes modalidades de leitura.

Até hoje, não há evidências científicas sólidas que contrariem o facto de que, antes da colonização europeia, pelo menos na região da África (a sul do Saara), a cultura não era ágrafa. Os conhecimentos e ensinamentos eram perpassados por via oral, através da oratura. A literatura historiográfica tem-nos demonstrado que o sistema de escrita desenvolvido pela civilização Suméria, com uma existência já de perto de 5000 anos (Reis; Faísca; Peterson, 2011), sendo, por isso, conhecida como a tentativa mais antiga de representar sistematicamente os sons da linguagem oral através de sinais gráficos, terá sido introduzido em África (pelo menos na região já mencionada) na sequência da expansão marítima europeia. Referimos Torino (2011), para quem os diferentes períodos da própria “história” estão ligados ao desenvolvimento da escrita.

Este estudo que ora apresentamos compreende os resultados de um inquérito aplicado aos docentes das distintas unidades orgânicas do Ensino Superior existentes na província do Namibe. Do leque das questões colocadas, as essenciais para o desiderato deste artigo, remete, em primeira instância, para a caracterização dos sujeitos inquiridos, seguindo-se a descrição das perguntas de ação dos sujeitos. Nestas, procuramos saber sobre a quantidade de livros que se lê num universo temporal. O segundo ponto de interesse destina-se a saber a quantidade em posse individual de livros em papel e/ou digitais. Por fim, procuramos saber de que forma é que os sujeitos inquiridos têm tido acesso aos seus livros.

O Namibe, o nosso campo de investigação, conta com uma universidade pública, a Universidade do Namibe, e o Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, sendo que este se destaca por ser a única instituição do setor privado, estando a mesma vocacionada para a leccionação de cursos politécnicos. Por seu lado, a Universidade do Namibe alberga o ex-Instituto Politécnico do Namibe, a ex-Escola Superior Pedagógica e a ex-Academia de Pescas e Ciências do Mar (contando esta unidade orgânica com distintas faculdades vocacionadas, essencialmente, no estudo do mar nas suas múltiplas facetas.

Ensino Superior em Angola

A história do ES em Angola data ainda do período colonial, o que teria mudado de figurino com o alcance da Independência do País. No entanto, refere-se que nem mesmo com o surgimento dos Estudos Gerais Universitários (EGU) em 1962, pelo Decreto-lei 44530 de 21 de agosto, foi possível massificar o ensino universitário de modo que fosse acessível a quem o quisesse, pois, mesmo em 1968, com a passagem dos EGU para Universidade de Luanda, tal facto não foi possível (Correia & Roa, 2021) devido a dificuldades políticas, burocráticas e à falta de compromisso com a formação de cidadãos nativos impostas pelo regime colonial.

Convém-nos também sublinhar que a Universidade de Luanda, com a Independência de Angola (em 1975), passar-se-ia a designar Universidade Agostinho Neto, sedeadada em Luanda, a qual atuou por décadas com caráter de unicidade em todo o país, resultado de uma criação alicerçada na Resolução nº 4/07, de 2 de fevereiro, e nos Decretos nº 5/09, de 7 de abril e o nº 7/09, de 12 de maio.

Notemos que, neste ínterim, volvidos alguns anos, desde a Independência de Angola, foram criadas algumas universidades e, assim, abertas oportunidades de acesso ao ES, incluindo mais enquadramento profissional de docentes nacionais. Ou seja, em 2009, tendo como fundamento o melhoramento da gestão do subsistema de ES, conforme se lê no Decreto nº5/09 de 7 de abril, eram "criadas as regiões académicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior".

- a) Região Académica I – províncias de Luanda e Bengo;
- b) Região Académica II – províncias de Benguela e Cuanza Sul;
- c) Região Académica III – províncias de Cabinda e Zaire;
- d) Região Académica IV – províncias das Lundas Norte e Sul e Malanje;
- e) Região Académica V – províncias do Huambo, Bié e Moxico;
- f) Região Académica VI – províncias da Huíla, Namibe, Cuando Cunango e Cunene;
- g) Região Académica VII – províncias do Uíge e Cuanza Norte.

Estando neste âmbito integradas as instituições de ES públicas do Namibe na Universidade Mandume Ya Ndemu Fayó, sedeadas na Huíla, 6ª Região Académica, expetava-se, por dependência do Ministério do Ensino Superior, à época, a Academia de Pescas e Ciências do Mar.

Em decorrência do desenvolvimento a que se propunha o País, desde 1975, destacamos sobretudo o processo dinâmico de alargamento do ES que serviu de fundamento para a criação destas 7 (sete) regiões Académicas nas 18 províncias, tornando assim massiva a adesão de jovens ávidos a novos desafios universitários. De referir que as províncias do Cunene e Cuando Cubango, que faziam parte da VI região, passariam a formar a VIII região Académica, à luz do Decreto 188/14 de 4 de Agosto. Com base neste pressuposto de concessão de mais autonomia para as regiões, em 2020, é oficializada pelo Decreto Presidencial nº285/20 de 29 de Outubro a criação da Universidade do Namibe e a sua consequente desvinculação da Universidade Mandume.

Observando que, de facto, aquando da criação das regiões Académicas, conforme argumentam alguns pesquisadores como Canga e Buza (2015), houve uma desarticulação entre as necessidades específicas de cada região. Os autores apontam ainda a não observância dos requisitos básicos na criação das universidades como a existência de infraestruturas capazes de dar resposta aos desafios, sendo o mote a falta de tecnologia e de meios de produção para responder às demandas das sociedades. Assim, a questão da pobreza, as assimetrias regionais, saúde e saneamento básico deviam merecer uma atenção especial nos desafios impostos às universidades. Evidentemente, esses problemas de assimetrias, pobreza, falta de investimento em infraestruturas podem constituir uma resposta aos problemas que hoje o ES vivencia, quer pela fraca produção científica, quer pela fraca capacidade de ler o mundo através de leituras académicas.

Leitura e escrita - Das causas às consequências

A observação que fazemos é que há uma noção de que a prática da leitura entre os docentes do ES pressupõe um contexto privilegiado, sendo que o hábito e o gosto pela leitura revelam a busca por conhecimentos sistematicamente enquadrados nas expetativas que o meio académico exige e ou proporciona.

O hábito de leitura exige uma densidade maior de conteúdo escrito, estabelecendo-se desde logo uma relação indissociável entre leitura e escrita, ou seja, Doná (2014, p.31-32) sustenta que "a escrita está interligada à capacidade de interagir com o mundo, até de conseguir narrar os factos vivenciados". A escola, como a mais capaz instituição vocacionada para o ensino sistematizado, é o espaço ideal para fomentar esta relação. Corroboramos os argumentos de Zilberman (1999) que justificam que a atividade da escola, somada à difusão da escrita, enquanto forma socialmente aceite de circulação de bens e à expansão dos meios de impressão, faculta a existência de uma sociedade leitora.

Se, por um lado, há uma relação entre literatura e escrita, por outro, o sucesso da universidade passaria também pelo fortalecimento da competência de escrita entre os que fazem esta instituição, urge a criação de autores (estudantes e docentes). Conforme Narciso (2012, p. 11), "quem aprende a ler de forma competente e eficaz aperfeiçoa simultaneamente a sua expressão escrita".

Sinalizamos a importância que consiste no acto de ler, porquanto, nos desafios do ES, ultrapassa a simples observação da escrita, exigindo uma relação com o meio circundante.

Se, por um lado, Freire (1989) propõe que para se garantir uma visão mágica da palavra escrita, os textos lidos devem ser compreendidos e não mecanicamente memorizados, por outro, Narciso (2012) entende a relevância em focar não só no modo como se escreve, mas também a forma como se pensa o que se pretende escrever, ressaltando que é importante notar a complexidade do processo de escrita.

A teoria da (i)literacia

Tem-se buscado, hoje, compreender a complexidade que a própria abordagem sobre literacia pode suscitar para os estudiosos, pondo em destaque as fronteiras ainda desconhecidas sobre onde se deve considerar literacia ou iliteracia, pelo que existem diversas teorias sobre o tema. Mas a literacia só tem aplicação na vida real, quando nos permitimos fazer leituras aos signos linguísticos. Notemos nos fundamentos de Rintaningrum (2009, p.3), para quem, "na vida real encontramos pessoas capazes de ler, mas não capazes de escrever. Algumas pessoas podem ler os símbolos, mas não podem interpretar o que eles lêem".

Embora Harris e Hodges (1985) apontem para a existência de muitas definições de literacia, a verdade é que a própria teorização tem vindo a mudar conforme as sociedades vão evoluindo, sendo que muitas delas convergem na "habilidade, competência, capacidade" de interpretar e exercer a leitura e a escrita de modo que a vida em sociedade seja possível por meio de comunicação verbal e não-verbal.

Ressaltam-se os apontamentos de Montoya (2018), a qual teoriza que "literacia é a habilidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e computarizar, usando materiais impressos e manuscritos associados a uma variedade de situações", ou seja, esta autora fundamenta que literacia depreende a habilidade de ler e escrever a um nível considerável onde os indivíduos possam efectivamente entender e utilizar a comunicação em qualquer veículo, impresso ou eletrónico.

Dados que nos são apresentados pelo The World Bank (Banco Mundial) permitem-nos fazer duas leituras possíveis sobre os níveis de literacia entre a população maior de 15 anos em todo o mundo: (i) a iliteracia terá sido um problema não só de países designados de terceiro mundo mas global, com considerável agravamento dos indicadores no século XX; de 1980 a 2015, o índice global de literacia (literacy rate) registou uma melhoria

significativa de 66%, em 1980, a 86%, em 2015, sendo-nos possível observar no gráfico que de cinco em cinco anos tem havido um aumento de 2 pontos percentuais.

Ainda assim, convém-nos indicar o Relatório da Comissão Europeia /Eurydice de 2015, que resulta de um estudo aplicado a 17 países europeus, mais convidados externos, cujo propósito era medir, comparar e analisar os níveis de literacia e numeracia das populações dos países participantes (OCDE), segundo o qual é possível perceber que, não obstante o nível de escolaridade ser um indicador importante do capital humano de uma sociedade, nem sempre é válido para medir as competências da população nos diferentes contextos.

Este Relatório de 2015 aponta que as competências adquiridas no sistema educativo podem tornar-se obsoletas se não forem atualizadas, bem como indivíduos que possuem baixos níveis de educação formal podem obter um leque variado de competências por via da sua experiência de vida e profissional. Noutra perspetiva, dependendo do país, o mesmo nível de escolaridade pode estar associado a diferentes níveis de competências. Assim, o que se propôs foi um Inquérito sobre as Competências dos Adultos, o qual avalia diretamente os níveis de competências na população adulta (16-65 anos), estando em análise a literacia, a numeracia e resolução de problemas em cenários tecnologicamente enriquecidos. Os dados revelam que, em média, entre os 17 países europeus participantes no estudo, 19,9 % e 23,6 % dos adultos possuem níveis baixos de literacia e de numeracia, respetivamente. Compete-nos, contudo, ressaltar que, apesar destes dados, a média na União Europeia tem prevalecido das mais altas.

METODOLOGIA

Para o presente estudo, optamos por uma metodologia quantitativa, visando obter dados extensivos dos docentes universitários na província do Namibe, para aferir a propensão à prática e hábito de leitura entre estes. A par desta investigação empírica recorreremos a fontes bibliográficas de modo a dar um entendimento teórico e documentado sobre o assunto em estudo (Espinoza, 2022).

Com vista a aferição dos dados a que nos propomos recolher, através da aplicação de um inquérito por questionário a 50 docentes de diferentes unidades orgânicas da Universidade do Namibe e do Instituto Superior Gregório Semedo, o inquérito foi aplicado de maneira aleatória, entre os meses de Abril de 2019 e Fevereiro de 2020.

O processo de preenchimento e recolha foi difícil dado que era importante seleccionar os participantes por órgãos a que estão vinculados, pois muitos mantêm vínculo laboral com as duas instituições (pública e privada), simultaneamente, pelo que não nos foi possível obter a estatística do número global de cada unidade orgânica de todos os professores do ES.

A amostra seleccionada foi analisada, em momentos preliminares, atendendo à caracterização diferenciada por sexo e grau académico, pois, tratando-se de um exercício profissional que integra tanto o sexo feminino como o masculino em proporções que obedecem à procura, interessa-nos saber qual é o estado atual, um barómetro sociológico que dá liberdade ao leitor em entender o problema multifacetivamente, ao mesmo tempo que lança bases para compreender eventuais investigações futuras. O grau académico é uma caracterização que se impõe pela natureza do tema.

Quadro 1. Caracterização por sexo da amostra selecionada para o inquérito

Sexo Masculino	44	Percentagem	88%
Sexo Feminino	6	Percentagem	12%
Total	50	-----	100%

Foi-nos possível constatar que, da amostra recolhida, o sexo feminino está ainda em sub-representação, visto que, como reflectido em toda a sociedade, os homens ainda ocupam a grande maioria do domínio do trabalho formal e intelectual, o que talvez justifique esta exiguidade numérica em relação às mulheres, ou seja, se olharmos para os resultados do último Censo 2014 (INE, p.61), a taxa de emprego de 40% com 15 ou mais anos de idade é representada no seguinte quadro: os homens tiveram a mais alta taxa (de 63, 4) já as mulheres, menos (46, 9). Outro indicador prende-se com o facto de, de acordo com os resultados do Censo 2014, entre os 15-18 anos de idade, havia, até 2014, 516.193 cidadãos fora do sistema de ensino, sendo que, destes, 194 590 eram rapazes e uma larga maioria, isto é, 321. 603, raparigas. (INE, 2014, p.56). Outra razão reflectida nos dados que se apresentam é concernente à proporção da população com 24 ou mais anos com formação superior que representa 2,5%, onde os homens detêm a liderança com 3,2% (140. 555) contra 1,9% (94. 121) das mulheres. (INE, 2014, p.57).

Quadro 2. Caracterização dos inquiridos quanto ao grau académico

Licenciados	25	Percentagem	50%
Mestres	20	Percentagem	40%
Doutores	5	Percentagem	10%
Total	50	Percentagem	100%

Além de este número representar a amostra, é uma realidade paralela em todas as Instituições de Ensino Superior, há mais licenciados que mestres, e mais mestres que doutorados.

Primeiro, deste quadro depreende-se que o hábito de leitura está, muitas vezes, condicionado e dependente da ascensão na carreira docente e na vigência da própria atividade académica, por outras palavras, as oscilações no hábito de leitura entre os docentes são bastante dependentes do factor experiência académica, que, na maioria das vezes, costumam ser acompanhadas de maior habilitações académicas, quanto maior o grau académico, mais propensos estar os professores ao hábito e gosto pela leitura. A medida que se aumenta o nível académico aumenta a responsabilidade social de colocar este conhecimento ao serviço da sociedade, pois a prática da leitura no ensino superior não tem um fim apenas contemplativo, pelo que é bastante consensual o reconhecimento da importância do ensino superior para o desenvolvimento humano, incluindo a promoção do capital humano e consequente empregabilidade, melhor liderança e reforço das organizações (SIMÕES et al., 2016).

Segundo, observamos que se contabilizaram, dentre a amostra, 25 docentes que detêm apenas a licenciatura, o que constitui também uma realidade heterogénea e transversal no país, visto que, conforme sugerem Simões et al. (2016), na maior parte dos casos, nas universidades e noutras instituições de ES, predominam os docentes com Licenciatura e escasseiam os Mestres e os Doutores em dedicação integral. Este quadro talvez se deva ao exíguo número de cursos de Mestrado e, sobretudo, de Doutoramento em Angola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A questão quantificadora dos livros que se lê

Como nos faz entender Lopes (s.d), saber ler é um factor determinante de inclusão ou exclusão na sociedade da informação, sendo este o elemento de excelência para a criação de um espírito crítico, sendo até considerada a leitura uma condição indispensável para o exercício de cidadania num país democrático. A prática de leitura, obedece muitas vezes a um processo mecânico, dependendo de factores de vária ordem. Para muitos, estas são realizadas apenas para verificação de conteúdos em avaliações, sem muito sentido para a vida dos que a praticam (Boldarine & Barbosa, 2012).

Atentemo-nos para o que considera ser Barton (2015) uma necessidade de garantir a "literacia informacional", dado que, para esta autora, o rápido avanço nos recursos e tecnologia de informação global tornou as habilidades de literacia informacional críticas para o sucesso no ensino superior e na aprendizagem ao longo da vida. Deste modo, para Barton (2015), as instituições de ensino superior têm como escopo a promoção de intelectuais que saibam ler os novos tempos e sejam capazes de desenvolver pensamento crítico.

Assim, parece-nos importante ter em conta que a proveniência familiar dos profissionais é determinante para se avaliar o grau de relação que se estabelece com a prática da leitura, pois famílias sem uma grande tradição de leitura e com pouco acesso ao capital cultural e, conforme se lê em Boldarine e Barbosa (2012) e em Gregg e Sekeres (2006), advindos de sectores sociais de baixo poder económico, com pouco contacto com a cultura dominante, submetidos a um sério processo de exclusão dos bens culturais, exigem bastante de si para garantir o seu enquadramento académico, principalmente no que diz respeito às leituras voltadas para as questões técnicas da ciência. Conforme descrevem Freire et al. (2021) nas palavras de Ausubel, Novak e Hanesian (1983, p. 7) "a aquisição de novas informações depende em alto grau das ideias pertinentes já existentes na estrutura cognitiva e na aprendizagem significativa do ser humano e ocorre por meio da interação de novas informações com ideias relevantes".

Cremos que tanto a literatura, a leitura, como a escrita, realizadas dentro dessa convenção, resultam do processo de aculturação, de tal modo que, tendo em observância os argumentos propostos por Reis, Faísca e Peterson (2011), a aquisição das competências relativas à leitura e à escrita é possível por via de um processo de transmissão cultural altamente estruturado. Estes autores questionam, todavia, se a aprendizagem destas competências específicas de leitura e escrita, por resultar de um treino formal e sistemático, poderá conduzir a mudanças quantitativas e qualitativas, não só a nível cognitivo mas também ao nível da organização do cérebro e da respetiva expressão comportamental.

Tendo em conta a relação que se estabelece entre os Quadros 1 e 2, merece uma nota de realce o facto de que as respostas, embora possam parecer divergentes, se apresentam fundamentadas pela seguinte configuração: a) a análise que se faz dos resultados espelha que os inquiridos informaram o que são capazes de ler por semana, por mês e por ano, o que depreende que o processo de leitura não constitui imediatamente um ato contínuo; b) nem sempre que um inquirido consegue ler um livro por mês ou por semana seria capaz de ler 12 livros por ano, no mínimo, mas esta prática resulta naquilo que são as capacidades que lhe permitem terminar uma leitura num universo temporal estabelecido, podendo ser uma semana, um mês ou um ano; c) a leitura aos três quadros suscita sobretudo uma interpretação do fenómeno social do público-alvo e não apenas estatística, visto que a

lógica segundo a qual se todos os informantes são capazes de ler, pelo menos, um livro por mês, logo, todos (50) teriam lido em 12 meses 12 livros, no mínimo, o que configura um dado falseável. Conforme referimos, os informantes podem ser capazes de ler (terminar) um livro por semana, ano ou mês e não resultar daí um processo contínuo, considerando que o processo de leitura é instigado pela fraca demanda de livros que circulam na província.

Quadro 3. Quantidade de livros lidos por semana

Quase nada	18	Percentagem	36%
Um livro	19	Percentagem	38%
Dois livros	6	Percentagem	12%
Três ou mais	7	Percentagem	14%
Total	50	Percentagem	100%

O exercício académico a nível superior continua sendo um privilégio, pois é também pelas universidades que se medem as apostas no desenvolvimento de uma sociedade. Assim, o facto de se ter, dentre os 50 inquiridos, 18 docentes que quase nada leem num período de sete dias, constitui um ponto de partida para se ponderar a aplicação de estratégias que visem uma mudança substancial nos modelos deste subsistema de ensino. Por exemplo, como se fazem em muitas universidades já reconhecidas nos melhores rankings, no processo de concurso público, a exigência de um teste escrito (e/ou oral) com vista a aferir o nível de conhecimento sobre a disciplina a lecionar, conhecimentos gerais, bem como um currículo que anuncie as produções e outras actividades académicas desenvolvidas pelo candidato, seria uma proposta viável para garantir o excelente processo de seleção dos docentes. Além de a maioria (19) ler apenas um livro por semana, e apesar disto, uma perspectiva animadora aponta para sete (7) docentes com uma frequência de leitura que abrange mais de dois livros por semana.

Ao acto de ler adiciona-se a importância da qualidade do que se lê. Freire (1989) faz referência à magicização da palavra que se lê, contudo, sublinha a imprescindibilidade do recurso à leitura dos clássicos no campo de estudo que nos propusemos, a necessidade de nos adentrarmos nos textos, de criar uma disciplina intelectual, sem a qual inviabilizamos a nossa prática enquanto professores.

Quadro 4. Descrição dos livros lidos por mês

Um livro	17	Percentagem	34%
Dois livros	9	Percentagem	18%
Três livros	8	Percentagem	16%
Mais	16	Percentagem	32%
Total	50	Percentagem	100%

A frequência de leitura de um (1) livro por mês pode não ser, para a realidade angolana, um ponto negativo, contudo, a falta de leitura desencadeia a falta de publicações científicas e académicas, o que pode constituir o mote conducente à inacessibilidade no ranking das melhores universidades. Ainda assim, é de realçar algum avanço que se regista, pois há, dentre os 50 inquiridos, oito que lêem em média três livros por mês.

Simões et al. (2016) apontam que a maior parte dos países e das universidades africanas ao sul do Sahara não possui grandes capacidades de pesquisa e de inovação, com exceção de algumas como as da África do Sul, Egito, Argélia e Nigéria.

Veja-se que (Santos, 2006) a acção docente tem-se pautado pelos quatro pilares da educação superior contemporânea: a) aprender a conhecer, b) aprender a fazer, c) aprender a viver juntos e d) aprender a ser.

Quadro 5. Descrição dos livros lidos por ano

Um livro	2	Percentagem	4%
Dois livros	1	Percentagem	2%
Três livros	4	Percentagem	8%
Mais	43	Percentagem	86%
Total	50	Percentagem	100%

Embora em número reduzido, há, a nível da docência universitária no Namibe, docentes que lêem apenas um (1) livro por ano. Entendemos que a ferramenta de garantia de excelência a nível do desafio do ensino é a busca de informações obtidas com rigor científico, impondo-se o hábito de leitura. No entorno disto, fazemos referência ao facto de haver uma relação proporcional entre a quantidade e a qualidade do que se lê. Tourinho (2011) enfatiza que a leitura é considerada um processo constante de elaboração e verificação de previsões que levam à construção de uma interpretação, pelo que esta interpretação parte da observação de situações concretas da vida cotidiana. Neste particular, entre as instituições de ES em Angola não tem sido frequente a existência de revistas científicas, havendo apenas poucas como a Revista Sapientiae, da Universidade Óscar Ribas (Luanda), a Revista Lucere da Universidade Católica (Luanda), a Revista Sol Nascente, do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (Huambo), a Revista Angolana de Extensão Universitária (Escola Superior Pedagógica do Bengo), havendo muito recentemente sido criada a Revista Científica do ISCED-Huíla. Sublinha-se que para a realidade do Namibe este quesito constitui ainda um desafio em perspectiva.

Dauster et al. (2007), numa pesquisa feita com professores do ES no Brasil, na zona Sul do Rio de Janeiro, para aferir a relação existente entre professores e os livros, leituras, escrita e ambiente de trabalho, apresentaram dados sugestivos e encorajadores. Segundo os autores, a dinâmica de todos os professores afigura-se, grosso modo, em "comprar livros, guardá-los tanto na universidade quanto nas suas bibliotecas pessoais, adquiri-los com verbas de pesquisa, emprestá-los a alunos e eventualmente a colegas e doá-los às bibliotecas". (p. 122).

Na era da Revolução Industrial, também designada Era Tecnológica, o exercício de docência, aqui com enfoque para o ES, é mais competitivo e exigente. Bendriyanti, Dewi e Julita (2019) propõem ao menos cinco qualificações e competências para um professor deste nível, nomeadamente, (i) a competência educacional, (ii) competência em pesquisa; (iii) competência para tecnologia; (iv) competência em globalização; e (v) competência em estratégias futuras, onde o mundo facilmente muda e funciona rápido, de modo que haja competência para prever exactamente o que acontecerá no futuro.

2. A perspetiva comparada dos livros físicos e virtuais

Quadro 6. Quantidade de livros digitais em posse

Mais de 50	24	Percentagem	48%
Entre 50 e 30	12	Percentagem	24%
Entre 20 e 10	9	Percentagem	18%
Menos de 10	5	Percentagem	10%
Total	50	Percentagem	100%

De realçar que, desta população amostral, cinco inquiridos obtêm menos de 10 livros digitais em posse individual, o que pode indicar três sinais: i) têm acesso a mais livros em formato papel que noutro formato; ii) apresentam alguma resistência à leitura por meios digitais; iii) possuem algum tipo de iliteracia tecnológica ou informacional. Parece-nos inegável que hoje o fluxo informacional disponibilizado na internet é imensurável, é preciso, por isso, uma dinâmica maior de literacia tecnológica e competências atuais.

Em análise, na visão de Pires (2012), a relação das TIC's e a leitura permite ao leitor a construção de uma trajectória de auto-aprendizado mais qualificada e não linear, disponibilizando uma quantidade de informações na Rede Mundial de Computadores. Assim, quando estas informações são devidamente filtradas, podem ser combinadas e recombinaadas em conexões mentais diversificadas, ou, ainda, redefinidas pelo acesso simultâneo a páginas de material informativo ou por ligações entre diferentes tópicos, *sites* e páginas.

Quadro 7. Quantidade de livros físicos em posse

Mais de 50	9	Percentagem	18%
Entre 30 e 50	10	Percentagem	20%
Entre 10 e 20	23	Percentagem	26%
Menos de 10	8	Percentagem	16%
Total	50	Percentagem	100%

Procuramos saber aqui, dentre as questões não trazidas em análise, informações ligadas à quantidade de livrarias existentes na província, pelo que grande parte desconhece a existência de sequer uma em toda a extensão do território provincial, salvo alguns pontos de venda de livros, o que concorre para a precariedade do consumo de livros em papel e à massificação da cultura livreira, além de que induz a pouca diversidade de temas nas estantes das parcas bibliotecas que algumas instituições têm. Fazendo um estudo sobre o professor e literacia no ES, Bendriyanti, Dewi e Julita (2019) sinalizam que docentes devem possuir várias competências, entre as quais a competência pedagógica, a competência de personalidade, a competência social e a competência profissional, sendo isto definido como um conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que devem ser possuídos, internalizados, dominados e executados por docentes na realização das suas obrigações profissionais.

3. Sobre os meios de acesso aos materiais

Quadro 8. Estratégias de acesso aos livros que lê (pergunta de resposta múltipla)

Compra	46	Percentagem	92%
Local de trabalho	12	Percentagem	24%
Biblioteca	20	Percentagem	40%

Considerando que se trata de uma pergunta que possibilita optar em mais de uma resposta, contam-se 20 docentes que em grande parte dependem dos livros que as bibliotecas dispõem, sendo que este inacesso resulta das dificuldades de índole diversa na aquisição dos mesmos, embora, independentemente da quantidade, 46 docentes dizem comprar os livros a que têm mais acesso. Fica registado que os que os compram também se servem das bibliotecas e até dos livros disponíveis no local de serviço.

Freitas e Santos (1991) fazem uma distinção entre o tipo de leitura *cumulativa* e *parcelar*, onde para o primeiro tipo considera-se o acesso recorrente e plural aos livros, jornais e revistas, o que pressupõe traduzir numa prática consolidada, um hábito arraigado de leitura.

Na sequência destes pressupostos, considera-se que a pouca oferta de fontes bibliográficas pode ser proporcional a pouquíssima produção por parte dos académicos que leccionam no ensino universitário localmente. Observa-se que, nas universidades angolanas, os poucos exercícios de pesquisa que se têm realizado, em geral, estão associados a dissertações de mestrado e a monografias de licenciatura. Assim, pela escassez de oferta de formação a nível nacional, as obras com mais consistência e rigor científico, como dissertações e teses de doutoramento de académicos angolanos ocorrem quase sempre no exterior do País, nas universidades e institutos que os tutelam (Simões *et al.*, 2016).

CONCLUSÕES

Estando cada vez mais em vigência a implementação de um dos principais desígnios por que se rege uma universidade moderna, o da extensão universitária, as instituições de ES encontram-se no centro das actividades da sociedade, sendo estas parceiras estratégicas de quase todos os sectores sociais, mormente os mais prementes, ou seja, os actos de saber-fazer, saber-ser e saber-estar resultam da promoção da literacia, a qual favorece a leitura de novos sinais para cada novo contexto social, cabendo sobretudo à universidade ler e interpretar tais sinais.

Na sequência disto, e a despeito de este estudo ter como fulcro analisar a dimensão da cultura literária e de leitura dos docentes do ES, o seu contexto suscita sempre uma reflexão extensiva às demais províncias, considerando a homogeneidade no âmbito das políticas educativas, políticas públicas e regência do próprio Ensino Superior ainda emanadas da capital de Angola (Luanda).

Em suma, o número reduzido de revistas científicas, a inexistência de pelo menos uma a nível do Namibe, a falta de promoção de publicações académicas locais, a falta de livrarias e bibliotecas modernas e apetrechadas, a ausência de incentivos de varia ordem à investigação têm manifestamente sido o cume para que a iliteracia académica, seja a consequência de uma universidade descomprometida ainda com os três pilares do ES: ensino, investigação e extensão universitária.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A principal limitação consistiu no facto de que grande parte dos docentes lecciona simultaneamente em duas ou mais IES do Namibe, pelo que encontramos dificuldades em estabelecer uma relação professor *versus* IES em que o mesmo lecciona.

RECONHECIMENTO

Os autores agradecem aos 50 professores que participaram do estudo, especialmente aos comentários e contribuições pertinentes da Professora Doutora Yohandra Rad.

REFERÊNCIAS

- Barton, C. (2015). *Alfabetización informacional y educación superior*. Universidad de Concordia.
- Bendriyanti, R. P., Dewi, C. & Julita, R. (2019). Conferencista y alfabetización en educación superior. *Journal of Critical Reviews*, 6(4).
- Boldarine, R. & Barbosa, R. (2012). Formación docente y prácticas lectoras: experiencias iniciales y desempeño profesional. *Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul*, 20(1), 125-143.
- Canga, J., & Buza, A. (2015). Calidad de la educación superior en los países periféricos frente a las llamadas de la globalización. *Revista FORGES, Foro sobre gestión de la educación superior en países y regiones de habla portuguesa*. 2 (2).
- Comisión de Mercado de Capitales (2016). *¿Cómo ayudar a los jóvenes a despertar el gusto por la lectura?*. CMC.
- Comisión Europea / EACEA / Eurydice (2015). Educación y formación de adultos en Europa: ampliar el acceso a las oportunidades de aprendizaje. Informe Eurydice. Oficina de Publicaciones de la Unión Europea.
- Correia, J. M. & Roa, T. (2021). La historicidad de la educación superior desde su génesis hasta la actualidad: sus transformaciones e impacto en el sistema educativo angoleño. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 6(1), 177-202. <https://doi.org/10.15366/rep2021.6.1.007> ISSN 2445-4109.
- Costa, A. F., Ávila, P. & Mateus, S. (2002). *Públicos de la Ciencia en Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Dauster, T., Dantas, A. D, Guimarães, M. & Mendes, S. (2007). Mundo académico: profesores universitarios, prácticas de lectura y escritura y diversidad social. Ava. *Revista de Antropología*, 10, 119-131.
- Decreto Presidencial N ° 188/14 de 4 de agosto, Estatuto Orgánico da Universidade Cuito Cuanavale. Serie I-No 143.
- Decreto Presidencial N ° 5/09 de 7 de abril, Estatuto Orgánico das Regiones Académicas. Serie I-No.64
- Decreto Presidencial Nº 5/09, de 7 de abril, Estatuto Orgánico da Universidade Agostinho Neto.
- Decreto Presidencial No. 285/20 de 29 de octubre, Estatuto Orgánico da Universidade de Namibe.
- Doná, R. A. (2014). Didáctica de la enseñanza de la lengua y la literatura: un estudio comparativo entre métodos tradicionales y tecnológicos. Fuente para beber.
- Espinoza Freire, E. E., Rad Camayd, Y., Rangel, G. & Tchimala, A. (2021). Trascendencia de conocimientos previos en el proceso de enseñanza-aprendizaje. *Revista Sociedad y Tecnología*, 4 (2), 226-238.

- Espinoza Freire, E. E. (2022). El problema, el objetivo, la hipótesis y las variables de la investigación. *Portal De La Ciencia*, 1(2), 1-71. <https://doi.org/10.51247/pdlc.v1i2.320>
- Freire, P. (2006). *La importancia del acto de leer* (47ª ed.). Editorial Cortez
- Freitas, E. & Santos, ML (1991). Encuesta de hábitos de lectura. *Sociología. Problemas y prácticas*, (10), 67 - 89.
- Gregg, M. & Sekeres, D. (2006). Lectura de apoyo del texto del expositor en el aula de geografía. *El profesor de lectura*, 60(2), 102-110.
- Harris, T. & Hodges, R. (1995). *El dictionary de la alfabetización*. Newark, Delaware: Asociación Internacional de Lectura.
- Instituto Nacional de Estadística. INE. (2016). Resultados finales del Censo General de Población y Vivienda de Angola 2014. INE
- Lopes, P. C. (s/f). *Hábitos de lectura en Portugal: un enfoque transversal-estructuralista de base extensiva*. Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidade Autónoma de Lisboa / Centro de Investigación y Estudios en Sociología, ISCTE-IUL. www.bocc.ubi.pt.
- Montoya, S. (2018). Diferenciación de la alfabetización. Instituto de Estadística: UNESCO.
- Narciso, S. M. S (2012). *De la lectura a la escritura: un viaje por el texto literario. Informe de Prácticas de Maestría en Docencia de Portugués y Lenguas Extranjeras (Francés) en el 3er Ciclo de Educación Básica y en Educación Secundaria*. FCSH: Nova de Lisboa.
- Patatas, T. A. (2019). *La función cultural de la biblioteca universitaria: el caso de la biblioteca António Didalelwa, Angola. Los ideales patrimoniales*. Biblioteca António Didalelwa. Angola.
- Pires, E. N. (2012). La importancia del hábito lector en la universidad. *Revista ACB: Bibliotecología en Santa Catarina, Florianópolis*, 17(2), 365-381.
- Reis, A., Spark, L. & Peterson, K. M. (2011). *Alfabetización: Modelo para estudiar los efectos del aprendizaje específico sobre la cognición y sus bases cerebrales*. Trevisan, J. J.
- Rintaningrum, R. (2009). Alfabetización: su importancia y cambios en el concepto y definición. *Revista TEFLIN*, 20(1).
- Santos, S. J. (2006). La importancia de la lectura en la educación superior. *Revista Itatiba Educação*. 9, 77-83.
- Simões, C., Sambo, M., Ferreira, A. & Fresta, M. (2016). La educación superior en Angola: desafíos y oportunidades a nivel institucional. *Revista FORGES, Foro sobre gestión de la educación superior en países y regiones de habla portuguesa*. 3(1), semestral.

- Tourinho, C. (2011). Reflexionando sobre la dificultad de la lectura en los estudiantes de educación superior: ¿"discapacidad" o simple falta de hábito? *Revista Lugares de Educação, Bananeiras / PB*, 1(2), 325-346, julio-diciembre.
- Viegas, A. G. & Nascimento, G. B. (2015). El hábito de la lectura en la mirada de los egresados de la carrera de bibliotecología de la universidad federal de Paraíba. Biblionline. *João Pessoa*, 11(1), 58-71.
- Zilberman, R. (2009). Leer en Brasil. Historia e instituciones. En Leffa, V. J, & Pereira, A. E. (eds.) *La enseñanza de la lectura y la producción textual. Alternativas de renovación*. EDUCAT. Editor de UC.

CONTRIBUIÇÃO DOS CO-AUTORES

A tabela a seguir resume a participação de cada um dos autores na pesquisa realizada e na elaboração do artigo.

Tabela resumo da contribuição dos coautores

Coautor	Responsabilidade
Germano Rangel Chio Correia	Autor principal. Participou da elaboração do instrumento de coleta de dados. Participou da análise e discussão dos resultados. Ele escreveu o artigo.
Hilton Fortuna Daniel	Participou da aplicação da pesquisa. Participou da análise e discussão dos resultados. Colaborou na redação do artigo.
Ana Paula Sarmento	Participou da aplicação da pesquisa. Colaborou na redação do artigo

BREVE SÍNTESE DO CURRÍCULO DE CADA AUTOR

Germano Rangel Chio:

Mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL, Lisboa – Portugal. Professor assistente na Universidade do Namibe.

Hilton Fortuna Daniel:

Mestre em Ensino do Português LE/L2 (Universidade Nova de Lisboa). Professor de Metodologia do Português e de Língua Portuguesa na Universidade do Namibe.

Ana Paula Sarmento

Doutorada em Desenvolvimento Curricular pela Universidade de Granada, Espanha. Professora de Estatística Aplicada na Universidade do Namibe.